

protestantes, conservadores e liberais” (pág. 68). Cumpre, portanto, adotar “o ponto de vista universal” para o estudo de uma questão.

Após essa conceituação de caráter geral, êle particulariza seu enfoque para a compreensão da expansão portuguesa. Sua crítica é construída a partir de uma recente coleção de trabalhos de Joaquim Bensaúde: *A Cruzada do Infante D. Henrique*. Entre vários pontos enfatizados e discutidos, destaca-se a conceituação de “espírito de cruzada”, reconhecido por inúmeros historiadores, como móvel do processo de expansão iniciado por D. Henrique. Sua crítica nesse ponto incide em dois sentidos: a expansão subordinada a D. Henrique — “reduzir um movimento histórico às intenções dos dirigentes é já de si inadmissível, quanto mais reduzi-lo a um único dirigente” (pág. 80); e o espírito de cruzada como único móvel da expansão — por ser “esta expressão das mais equívocas, encerrando conteúdo variadíssimo e ligando-se a muitas outras noções” (pág. 73). E prossegue, “o primeiro ponto a ter em conta é que as Cruzadas constituem unicamente um aspecto de um movimento mais vasto, a expansão europeia do século XI ao século XIII” (pág. 81). Através de uma discussão bastante interessante, Godinho coloca “o espírito de Cruzada” dentro do contexto dos movimentos expansionistas europeus e conclui, “do mesmo modo que a aceitação das causas econômicas e sociais da expansão não implica a motivação econômica da conduta dos dirigentes, assim também a aceitação do espírito de Cruzada como motivação da conduta dos dirigentes não implica a rejeição das causas econômicas das navegações e conquistas” (pág. 84).

Em resumo, o Autor reconhece que para a perfeita compreensão da expansão portuguesa faz-se necessário “o aprofundamento e alargamento eruditos, o conhecimento nítido dos ambientes asiático e africano, das condições internacionais, dos outros expansionismos e a realização da síntese erudita e histórica segundo os métodos e orientação modernos da historiografia, recorrendo primordialmente às diretrizes da sociologia e também da psicologia histórica, com noção bem distinta da natureza da explicação histórica” (pág. 96).

O pesquisador em história da expansão ibérica pode se congratular por dispôr, através da presente coletânea, de alguns dos principais artigos do Professor Vitorino Magalhães Godinho, antes dispersos. Resultam, todos êles, de pesquisas sólidas e inspiradas que, por certo, estão nas bases de uma revisão da História de Portugal.

M. STELLA M. BRESCIANI

* * *

LINS (Ivan). — *Tomás Morus e a Utopia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1969. 120 páginas.

Tomo emprestado a um filme exibido há algum tempo o título para esta nota — “O homem que não vendeu a alma”. Não vi o filme. Mas, parodiando o que dizia o saudoso Oswald de Andrade quando lhe perguntaram acerca de determinado livro, creio que posso dizer: “Não vi e não gostei”. Talvez esteja cometendo uma injustiça, mas o que me levou a não querer ver um filme sobre

Tomás Morus foi precisamente o fato de gostar muito do autor da "Utopia". Tenho medo quando o cinema anuncia filmes sobre os "santos da minha devoção": Francisco de Assis, Joana d'Arc, Erasmo, Bach, Mozart, Beethoven... Entre eles poria o "homem que não vendeu a alma". Todavia, posso dizer: não vi o filme, mas li o pequeno livro de Ivan Lins. Pequeno, só porque tem pouco mais de cem páginas e foi editado em formato de bolso. Mas grande no valor e no conteúdo, como tudo o que vem da pena do ilustre escritor. Resultou de três conferências comemorativas do quarto centenário da morte de Tomás Morus, realizadas, uma na Associação Brasileira de Educação, e duas na Academia Brasileira de Letras. Escrito em 1935, em muitas de suas páginas — lembra o autor — "refletem-se as questões sociais que, sob metamorfoses diversas, ainda incandescem o pensamento político de nossos dias, motivo pelo qual não perdeu a sua atualidade". E ainda com a circunstância de ser o único estudo, em português, até hoje especialmente consagrado ao autor da *Utopia*. Para esta segunda edição, adverte, ainda, o autor, o texto foi cuidadosamente revisto e corrigido.

Tenho acompanhado com interesse e simpatia a obra literária de Ivan Lins, desde seus escritos sobre a Idade Média. (Posteriormente travei conhecimento com alguns de seus trabalhos anteriores). Agradou-me sua visão positivista da Idade Média. Insisto no termo, embora talvez possa não ser muito correto: visão positivista. Não por teimosia, mas por justiça. Com efeito, quero crer que Augusto Comte foi, em plena era cientificista, o primeiro a reinterpretar e, por conseguinte, a revalorizar a tão caluniada Idade Média. E o pensador de Montpellier, com aquela sua tão privilegiada inteligência e acuidade, ao procurar com tão alta sabedoria interpretar o processo histórico da Humanidade, encontrou na Idade Média um dos seus pontos de apoio. Mas não é só com relação à Idade Média: Começa-se a "descobrir", mesmo fora dos arraiais positivistas, o profundo sentido de mundividência de Augusto Comte. Sentido este, que o espírito tão "erasmico" de Ivan Lins tem sabido compreender e transmitir em todos os seus escritos: Idade Média, Dante, Erasmo, Tomás Morus... E como certamente saberá compreender outros sobre quem está escrevendo e brevemente, espero, publicará. Não escondo minha curiosidade em torno dos livros que Ivan Lins anuncia sobre Jefferson, Francia, Shakespeare, Bacon, José Bonifácio e Bergson.

No exemplar de *Tomás Morus e a Utopia* que a nímia gentileza de Ivan Lins me dedicou, o autor formulou votos para que eu me tornasse, também, um devoto do escritor inglês. Meu caro Ivan Lins: há muito já o sou. Que o digam os meus alunos da Cadeira de História das Idéias Políticas de um instituto universitário em que leciono. A ênfase que procuro dar ao pensamento social e político de seu biografado já me credencia a pleitear ingresso no rol dos seus devotos. O caso é que, até agora, pouca coisa tinha para sugerir como leitura aos meus alunos. O velho Max Beer (escritor marxista tão caluniado numa certa época) ainda era onde os meus alunos podiam encontrar, em português, um apanhado das idéias sociais que transparecem da *Utopia*. Ou o livro menos valioso (sob este aspecto) do Professor Chevalier. De agora em diante recomendarei, também, este que Ivan Lins acaba de reeditar, com a vantagem, sobre os outros, de tratar da formação de Morus, indispensável para conhecer-se o seu pensamento. E' pena,

por outro lado, que Afonso Arinos de Melo Franco não procure reeditar seu *O índio brasileiro e a revolução francesa*, no qual há excelente capítulo sobre a “presença” brasileira no pensamento do criador da *Utopia*.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

MÜLLER (Nice Lecocq). — *O fato urbano na bacia do rio Paraíba, Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1969. 376 págs.

Torna-se difícil e, paradoxalmente, bastante fácil apreciar uma obra como a que se nos defronta. No que se refere à metodologia e técnicas de pesquisa nota-se domínio absoluto da autora tanto no lastro bibliográfico como na solução dos obstáculos surgidos com os trabalhos de campo. O texto, excelentemente redigido, nada deixa a desejar. Os gráficos e ilustrações entrosam-se com o texto, e o plano e a estrutura estão coesos. Sob a perspectiva que interessava à pesquisa, isto é, precisar a centralidade e a hierarquia do fato urbano, o capítulo sobre a “paisagem urbana” poderia ser perfeitamente dispensado. Não que esteja mal desenvolvido, mas porque em quase nada contribui para a elucidação da temática proposta, e o leitor especializado sente que esta parte representa uma ruptura no desenvolvimento da obra. Talvez seja a concessão da autora aos padrões clássicos dos estudos urbanos. Evidentemente, a contribuição de Nice L. Müller assume importância ímpar na literatura geográfica brasileira, podendo ser citada como um dos modelos mais completos. A sua importância não fica restrita somente ao âmbito nacional, mas pode ser comparada aos melhores estudos regionais sobre a geografia urbana. Nesta perspectiva, constitui importante contribuição brasileira à geografia mundial, com amplos méritos, e bem acima do “crédito de um esforço honesto”, que a autora modestamente solicita.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI

* *
*

STADEN (Hans). — *Viagem ao Brasil*. Tradução e prefácio de Alberto Loefgren; nota preliminar de Afrânio Peixoto e notas de Teodoro Sampaio. Rio de Janeiro. Edições de Ouro (1968). 294 págs.

O interessante livro de Hans Staden, curiosa figura de militar e aventureiro que esteve algum tempo no litoral do Brasil, ora servindo na sua profissão, ora como prisioneiro de índios, foi publicado originalmente em 1557. Certamente foi o primeiro livro publicado sobre o Brasil, pois o que se conhece de data anterior não passa de pequenas notícias no mais das vezes deixadas pelos primeiros viajantes. O livro alcançou êxito na Europa, tendo tido numerosas reedições, sendo mesmo traduzido para diversas línguas logo após seu aparecimento. Todavia, só em 1892, mais de trezentos anos após sua publicação, é que ele foi divulgado no